A violência urbana e o impacto psicológico em adolescentes periféricos

Autor(res)

Bruno Lacerra De Souza
Rafaela Dimas Rocha
Debora Pereira Coelho
Thaís Lindalva De Souza Santos
Murilo Henrique Costa Santos
Neuber Sallatiel Mendes Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ

Introdução

A violência está presente no cotidiano de muitos adolescentes, especialmente daqueles oriundos de comunidades periféricas, onde a exposição a diferentes formas de agressão é constante. O cenário vivido por esses jovens é composto por violência doméstica, discriminação, racismo e violência policial, entre outras manifestações. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência pode ser classificada em três categorias: auto infligida (autoagressões), interpessoal (violência familiar e comunitária) e coletiva (associada a contextos sociais e executada por grupos ou pelo Estado). Frequentemente, essas formas de violência se sobrepõem, intensificando os impactos sobre o indivíduo.

Objetivo

Este artigo busca discutir os tipos de violência urbana e suas manifestações, abordando as experiências vividas por adolescentes de comunidades periféricas brasileiras e os impactos psicológicos decorrentes dessa realidade.

Material e Métodos

Para a construção deste resumo, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando como base conceitual as tipologias da violência definidas pela OMS e por autoras como Coelho (2018). A análise dos impactos psicológicos foi fundamentada na teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson, com foco na crise da adolescência. A discussão também se apoia em estudos sobre a vitimização de jovens no contexto brasileiro, como o de Bordignon (2021), e na análise do documentário "Falcão: meninos do tráfico" (2006).

Resultados e Discussão

A pesquisa revela que a juventude de áreas pobres no Brasil lida rotineiramente com diversas formas de violência urbana, afetando profundamente sua saúde mental e desenvolvimento social. As situações mais recorrentes abrangem a violência interpessoal como ofensas familiares e ataques na comunidade e a violência coletiva, marcada pela ação de grupos armados e, sobretudo, pela violência estatal, notadamente a policial.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), tais violências raramente ocorrem isoladamente. Com frequência, os jovens são expostos a variados tipos simultaneamente, o que amplia os impactos emocionais e prejudica seu bem-estar. As agressões físicas, verbais e psicológicas que vivenciam estabelecem um cenário constante de insegurança, pavor e instabilidade emocional.

Na perspectiva psicossocial de Erik Erikson (1968), a adolescência é uma fase de busca por identidade e pertencimento. Num contexto de violência, concluir essa etapa do desenvolvimento se torna complexo. Jovens criados em ambientes hostis, abandonados pelo governo e sem chances sociais e culturais, enfrentam ainda mais obstáculos para construir uma identidade positiva. A carência de apoio adequado conduz muitos à desordem emocional, expressa em comportamentos autodestrutivos, evasão escolar, uso de entorpecentes e, em casos extremos, envolvimento com crimes para serem aceitos ou para sobreviver.

Estudos como o de Bordignon comprovam que o abuso na infância e adolescência está associado à vitimização posterior, inclusive na comunidade. A repetição da vitimização, juntamente com a exclusão social, acentua a situação de fragilidade. Ademais, os jovens da periferia sofrem preconceito contínuo, sendo vistos como um perigo, o que fomenta a criminalização da pobreza e intensifica a repressão do Estado.

Outro aspecto crucial é a falta de acesso a serviços de saúde mental, lazer, cultura e lugares seguros para se encontrarem. A realidade demonstra que, embora existam políticas públicas que teoricamente visam proteger e desenvolver os jovens, na prática, a escassez de recursos e a falta de articulação entre os setores perpetuam as desigualdades e agravam as condições que geram violência.

Em vista disso, a discussão sobre violência urbana deve ir além do combate policial. É indispensável investir em educação de qualidade, fortalecer os laços comunitários, executar políticas de assistência social e, principalmente, criar programas de saúde mental que acolham e amparem esses jovens. Ultrapassar essa conjuntura requer uma abordagem abrangente e humana, capaz de promover o desenvolvimento integral dos jovens e extinguir os ciclos de exclusão e violência que caracterizam as periferias brasileiras.

Conclusão

A violência urbana é um fator determinante na saúde mental de adolescentes periféricos, exigindo uma resposta articulada de profissionais da saúde, educação e assistência social. A análise aponta que a vivência em ambientes hostis e com poucas oportunidades interfere na resolução da crise de identidade, conforme postulado por Erikson, levando a uma "confusão de papéis". Conclui-se que o enfrentamento da violência deve ir além da repressão policial, incluindo investimentos em educação, cultura e acesso a serviços de saúde mental. Na teoria, as leis e instituições de apoio ao adolesce

Referências

BORDIGNON, Nádia A. Maus-tratos na infância e vitimização violenta de jovens na família e na comunidade: um estudo de coorte de nascimento no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

COELHO, Elza Belger Salema; GRÜDTER DA SILVA, Anne Caroline Luz; LINDNER, Sheila Rúbia. Violência: definições e tipologias. Florianópolis: UFSC, 2018.

ERIKSON, Erik H. Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. (Obra original de 1968).

FALCÃO: meninos do tráfico. Direção: MV Bill e Celso Athayde. Produção: CUFA. Brasil, 2006. Documentário (58 min).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde. Genebra: OMS, 2002.